

O QUE NÃO SABEMOS SOBRE NÓS

POBREZA

“Não há – e por que é que será que não há – uma investigação oficial sobre a progressão da dinâmica da pobreza em Portugal nem uma verdadeira inventariação dos pobres. É um facto que há uma impossibilidade que provém da subjectividade da definição da pobreza, que não é só material – pobreza é, por exemplo, não ter acesso à cultura; as duas juntas é a pobreza radical. A falta de dados sobre a pobreza, e os que existem, mostram que a pobreza é considerada oficialmente como um efeito, entre outros, da crise ou de uma má gestão da economia. Ora a ausência de pobreza deve ser uma condição primeira da existência e da organização social democrática (como pode sobreviver uma sociedade de pobres? O que difere do axioma sobre o qual assentam todos os nossos regimes sociais: não pode existir uma sociedade sem pobres ou, pelo menos sem desigualdade.) O que nos leva a suspeitar que a falta de dados, a ignorância sobre o estado da pobreza de um país decorre necessariamente da estrutura não igualitária do seu sistema sócio-político. Ou seja: será que esta ausência de dados não provém de uma necessidade de ignorar esses dados?”

O INE não recolhe dados directamente sobre as crianças (mas sim sobre as famílias) o que, segundo Amélia Bastos, investigadora do Instituto Superior de Economia e Gestão, autora de um grande estudo sobre pobreza infantil, limita a existência de informação sobre as condições de vida das crianças – daí que se torne impossível saber, por exemplo, quantas não têm acesso a quatro refeições por dia. Quanto ao número de pessoas em situação de pobreza, a avaliação mais frequente usa como bitola o rendimento disponível dos agregados familiares. E, segundo o INE, 17,9% da população tem um rendimento mensal abaixo do limiar de pobreza (cerca de 430 euros). Recentemente, o INE, seguindo orientações europeias, passou a introduzir, além do rendimento, critérios relacionados com a privação – a incapacidade de adquirir uma refeição de carne, peixe ou equivalente pelo menos de dois em dois dias, por exemplo. Mas persiste o debate sobre como aperfeiçoar a forma como se mede a pobreza. O INE também não pergunta aos portugueses se já tiveram que cortar na alimentação, mas sim quanto gastam com alimentos, o que não permite responder com rigor à dúvida “quantos portugueses tiveram que cortar na alimentação porque o orçamento familiar não chega?”

O vazio das não-notícias



Editorial
José Gil

Vivemos num país desconhecido. Por baixo da informação tangível, dos números e das estatísticas, correm fluxos de acontecimentos inquantificáveis e que, no entanto, condicionam decisivamente a nossa vida. Quantas doenças psíquicas foram desencadeadas pela crise? Quanta energia vital se desperdiça na fabricação da imagem de um rosto jovem necessário exigido por tal profissão? São “dados” incognoscíveis ou imateriais, não susceptíveis de se tornarem informação. São não-notícias.

O Público deu-nos a possibilidade, neste número, de fazer aparecer esse avesso do estado da nação, levantando uma ponta do véu que o recobre e o esconde. Não se tratou, pois, de informar ou de desinformar, mas de fazer pensar diferentemente no país que temos e na informação que dele dispomos.

Ordenámos a não-informação em três categorias: o que é impossível conhecer (por exemplo, aquele factor decisivo, singular, único do “talento”, que não entra numa grelha de avaliação de competências de um aluno), mas é condição essencial para que se ordene de modo inteligente, ético e eficaz a informação que se conhece; o que não se conhece mas que se poderia e deveria conhecer (o número de mortes estimado por atraso na lista de espera de uma operação) para o fazer entrar numa decisão política ou outra; o que seria possível conhecer mas que se torna impossível saber porque o seu conhecimento poria radicalmente em questão o regime das nossas

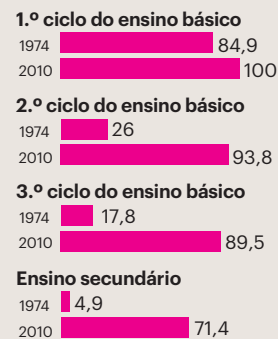
sociedades pós-democráticas (por exemplo, o número de políticos corruptos). As inúmeras perguntas que fizemos aos organismos competentes receberam não-respostas, confirmando a ideia de um vazio obrigatório de informação: na secção “Pobreza” os dados recolhidos não permitem um plano de combate exaustivo e eficaz à pobreza; na secção “Política” a ausência de números oficiais sobre os políticos que detêm depósitos em offshores indica que a transparência nesse domínio subverteria o nosso regime político; e assim por diante.

O nosso país está demasiado “cheio” (de informações, imagens, bugigangas de toda a espécie) e quanto mais se enche mais se enterra o vazio essencial a que não se dá a importância que tem. Acreditamos que a informação que, por definição, vive da positividade do dado, do pleno, que nos enche os olhos e o cérebro criando a ilusão de pensamento, pode ser tratada de outra forma. A massa de informação a que hoje temos acesso contribui para uma espécie de visão global que faz da realidade um conjunto de coisas e factos objectivos – de que decorre ao mesmo tempo a despoetização do mundo e um crescente caos afectivo. Contra isso, acreditemos nas virtudes do vazio.

O que fizemos – em trabalho extraordinário de equipa – sugere a possibilidade e a necessidade de traçar um mapa de Portugal que mostre os trajectos duplos, de um pleno que constantemente atropela e exclui o vazio; e dos movimentos do vazio que abrem linhas de fuga, incita a pensar diferentemente, desencadeia poderosas forças de criação. Não estamos condenados ao que julgamos que nos condenaram. Só assim poderemos conceber reformas radicais que libertem as energias e mudem o país.

EDUCAÇÃO

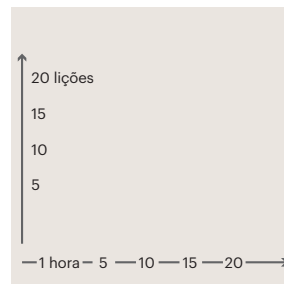
• Qual foi a evolução da taxa real de escolarização?



Nota: Relação entre o número de alunos matriculados num ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente da mesma idade. Fonte: PORDATA

Sem resposta

• Quantas horas os responsáveis estimam necessárias para os professores prepararem as lições?



• Quais as competências fundamentais que a escola ignora quando avalia os alunos?

• Quanto é que os alunos realmente aprendem das matérias que lhes são ensinadas?

• Que consciência têm os responsáveis pelas políticas educativas da especificidade da profissão de docente?

• Quantos alunos desistem do ensino superior por razões económicas?

• Que peso tem a relação aluno-professor na definição das políticas educativas?

“Uma política educativa tem que partir de alguns destes dados, mesmo quando eles não podem ser quantificados. Por exemplo, se não se souber o número de horas e a qualidade do tempo de que um docente precisa para preparar as lições podemos criar uma carga horária esmagadora e deprimente. E nunca obter uma docência de excelência. Para preparar as aulas os professores têm de ter uma vida própria – e já não têm. Têm cada vez menos férias, cada vez menos tempo para ser pessoas. Uma das questões que coloco é se os responsáveis políticos se dão conta da especificidade da profissão de docente. A relação professor-aluno é extremamente intensa, delicada, forte, vital e específica. Vital para criar qualificação no trabalho e consciência democrática. É preciso fazer ressaltar esse factor que não está a ser pensado. A avaliação das competências tem de ter em conta um elemento inavaliável, inquantificável em que se funda a criatividade da educação.

Os ministros da Educação já foram professores, mas, uma vez ministros, têm outros imperativos – e há um imperativo economicista enorme em Portugal. A ideia que, infelizmente, estou cada vez mais a formar do ministro da Educação Nuno Crato é que ele está a esquecer tudo o que escreve, está a esquecer o que ele próprio pensou. E muito professores estão a sair, a pedir a reforma antecipada, desgostos com o ensino, com a escola e consigo mesmos. Estão-se a ir embora. E a política da Educação a degenerar.”

O PÚBLICO colocou algumas destas perguntas ao gabinete de imprensa do Ministério da Educação e Ciência (MEC). Que diz que há regras para a forma como são definidos os horários dos professores, havendo obrigatoriamente uma “componente não lectiva”. Esta última é destinada a preparar aulas e a corrigir testes, por exemplo, e varia em função do número de alunos e os níveis de ensino – no 1.º ciclo não pode ser inferior a oito horas semanais. Quanto ao que realmente se aprende na escola, a resposta do MEC remete para os vários instrumentos que existem de avaliação dos alunos: a avaliação realizada pelo professor; a avaliação externa, através das provas de aferição e dos exames; e estudos internacionais como o Progress in International Reading Literacy Study (no qual o país participou em 2011 e cujos resultados não estão ainda disponíveis).